



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

**Monografia**

**Análise dos Desafios dos Gestores do Ensino Primário na Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual: o caso da ZIP 1 do Distrito Municipal KaMavota – Cidade de Maputo (no período entre 9 de Setembro à 20 de Novembro de 2022)**

Gersónia Ester Nhongua Izilda

**Supervisor:** Mestre Carlos Manhiça

**Maputo, Dezembro de 2023**

**Faculdade de Educação**  
**Departamento de Organização e Gestão da Educação**  
**Licenciatura em Organização e Gestão da Educação**

**Análise dos Desafios dos Gestores do Ensino Primário na Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual: o caso da ZIP 1 do Distrito Municipal KaMavota – Cidade de Maputo**

Monografia apresentada ao Departamento de Organização e Gestão da Educação, em cumprimento dos requisitos finais para obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

**Maputo, Dezembro de 2023**

**Júri de Avaliação**

**Presidente**

---

**Supervisor**

---

**Examinador**

---

**Maputo, Dezembro de 2023**

**Declaração de originalidade**

Eu, Gersónia Ester Nhongua Izilda, declaro, por minha honra, que esta monografia nunca foi apresentada por outro autor para obtenção de qualquer grau e que constitui o resultado do meu labor individual, estando indicadas ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

**Maputo, Dezembro de 2023**

---

(Gersónia Ester Nhongua Izilda)

## **Dedicatória**

Ao meu querido Deus, ao Espírito Santo por toda instrução, por nos dar a mente de Cristo e nos fortalecer em todos os momentos;

Ao meu esposo, Abner Maria Izilda;

A minha querida mãe, Ana Salomé Fumo Nhongua, pelo seu nível de envolvimento na minha formação.

## **Agradecimentos**

Agradecer a Deus, porque Ele é Bom e a sua benignidade dura para sempre. Agradecer ao Espírito Santo pela direcção, instrução e por colocar as pessoas certas para me ajudarem em todos os momentos. Todo o louvor seja dado a Ele.

A todo corpo docente da Faculdade de Educação, em especial ao meu supervisor Mestre Carlos Manhiça, agradeço pela orientação, motivação, pela humildade na realização do seu trabalho. Obrigada docente.

Aos Directores das Escolas Primárias da ZIP1 do Distrito Municipal KaMavota, pela recepção e colaboração, na realização do trabalho.

Agradecer ao meu esposo Abner Maria Izilda que me ajudou no decorrer do curso; e em todos momentos em que esteve presente, à minha mãe pelo suporte, por toda a ajuda financeira para o sucesso da licenciatura. Marido, mãe, amo vocês e aos meus pastores pelas orações e todo suporte espiritual.

Aos meus colegas que estiveram em todos os momentos, difíceis e alegres, à Faculdade de Educação que me brindou com colegas incríveis. A todos, meu muito obrigado. Foi bom, stressante, motivador, difícil, mas consegui. Que Deus abençoe a todos.

## **Lista de acrónimos e siglas**

AAMR	Associação Americana de Retardado Mental
APA	American Psychiatric Association
COVID-19	Coronavírus 2019
DI	Deficiência Intelectual
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EEE	Escolas de Educação Especial
EPC	Escola Primária Completa
FACED	Faculdade de Educação
HI	Humanity Inclusion
INDE	Instituto Nacional De Desenvolvimento da Educação
NEE	Necessidades Educativas Especiais
MINED	Ministério da Educação
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	Processo de Ensino-Aprendizagem
QI	Quociente de Inteligência
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
SNE	Sistema Nacional da Educação
ZIP	Zona de Influência Pedagógica

## Lista de tabelas

<b>Tabela 1:</b> Professores da ZIP 1 .....	24
<b>Tabela 2:</b> Alunos da EPC das Mahotas.....	25
<b>Tabela 3:</b> Alunos com Deficiência Intelectual .....	25
<b>Tabela 4:</b> Alunos da EPC “Imaculada” .....	27
<b>Tabela 5:</b> Alunos da EPC “Imaculada” com Deficiência Intelectual .....	27



## **Resumo**

A pesquisa faz uma análise dos desafios dos gestores das Escolas Primárias da Zona de Influência Pedagógica 1 (ZIP1) do Distrito Municipal KaMavota, na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual (DI). O estudo tem um enfoque qualitativo e para a recolha de dados foram entrevistados os Directores e as Directoras Adjuntas Pedagógicas da Escola Primária Completa das Mahotas e Escola Primária Completa Imaculada. As técnicas de recolha de dados foram: a entrevista semiestruturada a análise documental e a observação não-participante das salas de aulas. A técnica de análise e interpretação de dados utilizada foi a análise de conteúdos, que foi interpretada de forma descritiva. Faz parte da responsabilidade dos gestores escolares criarem condições para que a inclusão de alunos com DI seja efectiva e as políticas de inclusão sejam materializadas. O estudo observou desafios na inclusão de alunos com DI, associado a vários factores tais como: falta de um projecto político pedagógico inclusivo, falta de estratégias de intervenção, compreensão clara do conceito de DI, diagnóstico do nível de DI desses alunos, e a não satisfação das necessidades básicas de aprendizagem desses alunos.

**Palavras-chave:** Gestor escolar, ZIP, Escola Inclusiva, Necessidades Educativas Especiais e Deficiência Intelectual.

Índice	
Júri de Avaliação .....	3
Declaração de originalidade .....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Lista de acrónimos e siglas .....	iv
Lista de tabelas .....	v
Resumo .....	vi
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Contextualização .....	3
1.2 Problematização.....	4
1.3 Objectivos.....	5
1.3.1 Objectivo geral: .....	5
1.3.2 Objectivos específicos .....	5
1.4 Perguntas de Pesquisa.....	5
1.5 Justificativa.....	6
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA .....	7
2.1. Referencial teórico.....	7
2.1.1. Teorias da Administração.....	7
2.1.2. Teorias de aprendizagem .....	8
2.1.3. Relação da teoria de aprendizagem com a aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais .....	8
2.2. Quadro conceptual .....	9
2.2.1. Gestor Escolar .....	10
2.2.2. Zona de Influência Pedagógica (ZIP) .....	10
2.2.3. Educação.....	11
2.2.4. Educação Escolar.....	12
2.2.5. Educação Inclusiva .....	12
2.2.6. Necessidades Educativas Especiais .....	14
2.2.7. Deficiência Intelectual .....	14
2.2.8. Evolução do conceito de Deficiência Intelectual .....	17
2.3. Estado da arte.....	18

2.3.1.	Resultados internacionais .....	18
2.3.2.	Resultados nacionais .....	21
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....		23
3.	Classificação da pesquisa.....	23
3.1.	Quanto ao método da pesquisa .....	23
3.2.	Quanto aos objectivos .....	23
3.3.	Procedimento da pesquisa.....	23
3.4.	Descrição do local do estudo .....	24
3.4.1.	Escola Primária Completa das Mahotas .....	24
3.4.2.	Escola Primária Completa “Imaculada” .....	26
3.5.	Técnicas, instrumentos e procedimentos de recolha de dados .....	28
3.6.	Técnica de sistematização e interpretação dos dados obtidos .....	29
3.7.	Questões éticas.....	29
3.8.	Limitações do estudo .....	29
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....		30
4.1.	Apresentação dos resultados.....	30
4.1.1.	Identificação dos desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.....	30
4.1.2.	Papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual.....	32
4.1.3.	Estratégias de intervenção dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.....	34
4.2.	Discussão dos resultados .....	36
4.2.1.	Identificação dos desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.....	36
4.2.2.	Papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual.....	38
4.2.3.	Estratégias de intervenção dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.....	39
CAPÍTULO V: CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....		41
5.1.	Conclusão .....	41

5.2. Sugestões .....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	43
7. Apêndices.....	47

## **CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é realizado no âmbito da culminação do curso de licenciatura em Organização e Gestão da Educação e é subordinado ao tema: *Análise dos Desafios dos Gestores do Ensino Primário na Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual: o caso da ZIP 1 no Distrito Municipal KaMavota-Cidade de Maputo*. Para o sucesso deste estudo de caso, apresentar-se-á várias opiniões e abordagens diferentes sobre a gestão escolar e o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, estas abordagens estarão voltadas no gestor escolar. Para Silveira (2009) o gestor escolar é o principal articulador do processo de inclusão.

A Deficiência Intelectual (DI) ao longo dos anos foi caracterizada por exclusão e segregação. Até o século XVIII era considerada doença mental e tratada exclusivamente pela medicina por meio da institucionalização que se caracterizava pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem, mantendo-as em instituições situadas em localidades distantes de suas famílias, permanecendo isoladas do resto da sociedade (Aranha, 2001).

Segundo Reis e Ross (2008) as pessoas com DI passaram a ser consideradas passíveis de serem educadas no século XIX, graças ao trabalho do médico Jean Itard (1774 à 1838) considerado o primeiro teórico da Educação Especial, através do trabalho feito para recuperar o menino Victor de Aveyron, conhecido como “menino selvagem”.

Segundo Serra, Fraga, Sousa e Silva (2006, p. 1) o conceito de idade mental surgiu com os testes de inteligência de Binet e Simon, ferramentas que possibilitariam a identificação de situações de atraso mental. Essas descobertas foram importantes na criação de escolas especiais e asilos, destinadas a crianças especiais, apesar de ser de certa forma segregacionista.

Contudo, foi na segunda metade do século XX, por consequência das grandes transformações sociais e intelectuais que tomaram lugar a esta altura da História, resultaram na reconstrução do conceito de Educação Especial através de Políticas Educacionais, onde a escola foi vista como vínculo de apoio e ligação dessas crianças com a sociedade no geral (Serra et al., 2006).

Segundo Boletim Oficial (1962) citado por Manhiça, Munembe, Anselmo e Jorge (1996) no nosso país o acesso à educação de crianças com DI, na altura designada deficiência mental teve o seu início no período colonial ao abrigo do Diploma Legislativo n.º 2288, de 25 de setembro de 1962, onde o governo português criou as Escolas de Educação Especial (EEE) privadas.

No Artigo 18 a Assembleia Popular de Moçambique em 1983, aprovou a Lei n.º 4/83, de 23 de março, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE), a Lei reafirma o direito à educação de cada cidadão e a igualdade de acesso em todos os níveis de ensino. Nessa altura a educação de alunos com deficiência era feita nas Escolas Especiais (Boletim Oficial 1962, citado por Manhiça et al., 1996).

No período de 1998-2001, foi criado o Projecto “*Escolas Inclusivas*” integrado no Plano Estratégico de Educação, com o objectivo de combater a exclusão dotando princípios de inclusão e participação de todas as crianças e jovens no sistema regular de ensino, com actividades que incluíssem a formação dos técnicos do Ministério da Educação e Desenvolvimento (MINED), responsáveis pela gestão do Projecto e pela formação dos professores em matéria de Necessidades Educativas Especiais (NEE) na sala de aulas. Ferreira e Manhiça (1998).

Esses momentos históricos cooperaram para a educação de crianças com NEE, da exclusão para inclusão, passando da Educação Especial para o Sistema Regular de Ensino.

O trabalho segue a seguinte estrutura:(i) no primeiro capítulo a introdução onde encontram-se as notas introdutórias, o contexto do estudo, a problematização, objectivos do estudo, perguntas de pesquisa e a justificativa; (ii) no segundo capítulo a revisão da literatura, neste capítulo, traz-se o referencial teórico, o quadro conceitual e o estado da arte; (iii) de seguida a metodologia no terceiro capítulo, encontram-se indicadas a abordagem da pesquisa, local de estudo, a população e participantes, as técnicas, instrumentos e procedimentos de recolha de dados, as estratégias de sistematização e análise dos dados, procedimentos éticos e as limitações do estudo; (iv) no quarto a apresentação e discussão de resultados; (v) no quinto as conclusões, sugestões e as referências bibliográficas.

## 1.1 Contextualização

Na Constituição da República de Moçambique de (2004) no Artigo 35 sobre (Princípio da universalidade e igualdade) estabelece-se que “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política”. No Artigo 37 sobre (Portadores de deficiência) estabelece-se que “Os cidadãos portadores de deficiência gozam plenamente dos direitos consignados na Constituição e estão sujeitos aos mesmos deveres com ressalva do exercício ou cumprimento daqueles para os quais, em razão da deficiência, se encontrem incapacitados”. E no Artigo 125 sobre (Portadores de deficiência) refere que “Os portadores de deficiência têm direito a especial protecção da família, da sociedade e do Estado”. (...) a prioridade de atendimento dos cidadãos portadores de deficiência pelos serviços públicos e privados”.

Sobre os objectivos gerais do Sistema Nacional de Educação (SNE) a Lei n° 18/2018 de 28 de Dezembro no Artigo 5 faz menção da necessidade de se “garantir a educação básica inclusiva a todo cidadão de acordo com o desenvolvimento do País, através da introdução progressiva da escolaridade obrigatória”. No mesmo documento no glossário (I) a lei considera inclusivo o sistema educacional quando reconhece que todos os indivíduos podem aprender, quando as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todos os alunos e não devem ser limitados por turmas numerosas, tipo de infra-estruturas escolares e por falta de recursos materiais.

O Plano Estratégico de Educação (2020-2029) afirma que se deve garantir a inclusão, qualidade no acesso, participação e retenção dos alunos, bem como assegurar a qualidade da aprendizagem. O mesmo frisa a questão da governação transparente, participativa, eficiente e eficaz, como um dos objectivos para assegurar a escolarização básica e obrigatória de todos os cidadãos. (MINEDH, 2020a).

Neste contexto é possível notar que a Constituição da República de Moçambique de (2004), a Lei n° 18/2018 de 28 de Dezembro no Artigo 5 e o Plano Estratégico de Educação (2020-2029), estabelecem políticas e leis educacionais a serem implementadas na inclusão de alunos com DI e não só.

## **1.2 Problematização**

Segundo Chambal (2011, p. 4) “(...) as políticas educacionais inclusivas em Moçambique caracterizam-se pela ampliação expressiva do verbo aceder à escolarização obrigatória e, por inexistência de apoios e serviços especializados no fluxo da escolarização de alunos com deficiência”. O autor mostra que a lei na sua prática é caracterizada pela escolarização dos alunos com NEE e não para vai além disso. Apesar das propostas e esforços realizados, há evidências de contradições entre as propostas políticas e a real capacidade de intervenção estratégica e pedagógica nos diversos níveis do Ensino Geral.

No ponto de vista de Chambal (2011) é necessário que na sala de aula, se desenvolvam estratégias pedagógicas que ajudem todas as crianças a darem o seu melhor, a progredirem tanto quanto lhes for possível. Caso contrário, não há inclusão, mas sim integração. Não é o aluno que deve se moldar ao sistema regular de ensino, mas sim o sistema que deve ter em conta as complexidades dos alunos, as características individuais e assegurar a plena participação deles, fornecendo um sistema flexível que favoreça e satisfaça as diferenças individuais.

Para Gomes et al. (2007) citados por Silvério e Aprígio (2017) o aluno com DI apresenta dificuldades em construir o conhecimento e em mostrar suas capacidades. Quando a escola apresenta um modelo educacional tradicional, dificulta ainda mais a aprendizagem do aluno com DI, porque ele apenas recebe os conteúdos e também não interage e não é estimulado.

De acordo com as Normas Sobre Igualdade de Oportunidade Para Pessoas Com Deficiência das Nações Unidas (1995, p. 25), “a educação para pessoas com deficiência deve fazer parte integral do planeamento educativo nacional, desenvolvimento curricular e organização escolar”.

Mergen (2013) destaca que o processo de inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor, mas também da gestão escolar, que deve estar envolvida tanto nas questões administrativas quanto no processo pedagógico. Isso implica na elaboração do projecto político pedagógico que inclua a inclusão de alunos com necessidades educativas e o papel de cada membro da comunidade educativa.



Apesar de haver políticas que defendem a inclusão de alunos com DI, os gestores escolares têm-se deparado com diversos desafios que importa conhecer e analisar: Chambal (2011) aponta para as contradições entre as propostas políticas e a real capacidade de intervenção estratégica e pedagógica nos diversos níveis do ensino geral, a integração e não inclusão; Gomes et al. (2007) citados por Silvério e Aprígio (2017) falam de um modelo educacional tradicional; Mergen (2013) destaca a falta de um projecto político pedagógico que inclua a inclusão de alunos com necessidades educativas e o papel de cada membro da comunidade educativa e MINEDH (2020b) no Plano Curricular do Ensino Básico aponta para a fraca gestão das escolas, o absentismo do professor e do aluno, a fraca preparação do professor, as precárias condições de trabalho, o elevado rácio aluno/professor, como uma das condições que levam a fraca evolução das competências previstas nos alunos. Com isso é preciso saber: *Que desafios têm os gestores do Ensino Primário na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual na Zona de Influência Pedagógica 1 do Distrito Municipal KaMavota?*

### **1.3 Objectivos**

O tema em estudo tem os seguintes objectivos:

#### 1.3.1 Objectivo geral:

- Analisar os desafios dos gestores do Ensino Primário na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual no Distrito Municipal KaMavota.

#### 1.3.2 Objectivos específicos

- a) Identificar os desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual;
- b) Descrever o papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios da inclusão de alunos com Deficiência Intelectual; e
- c) Explicar as estratégias de intervenção dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.

### **1.4 Perguntas de Pesquisa**

- a) Quais são os desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?

- b) Como é o papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios da inclusão de alunos com Deficiência Intelectual? E
- c) Que estratégias de intervenção os gestores da ZIP 1 usam face aos desafios da inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?

### **1.5 Justificativa**

Na Declaração de Salamanca, a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1994) ressalta que é da responsabilidade do gestor escolar criar estratégias na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais ao referir que crianças e jovens com NEE passam a ter acesso à educação nas escolas regulares, onde devem adoptar uma pedagogia centrada no aluno.

A realização deste estudo de caso sobre os desafios dos gestores escolares do Ensino Primário na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual, parte do interesse na busca de soluções dos problemas encontrados na inclusão dos alunos com DI na ZIP 1, e desta forma permitir que o gestor reflita sobre o seu papel, para melhorar o cenário actual sobre a educação inclusiva, não só de alunos que têm DI, mas de todos. Com isso a permanência dos alunos com DI na escola será produtiva, garantindo que os mesmos tenham suas necessidades de aprendizagem supridas e um acompanhamento planeado.

A comunidade académica da Faculdade de Educação e outras organizações que trabalham com questões relacionadas com a Deficiência Intelectual, poderão a partir dos resultados deste estudo criar programas nessa área e com isso melhorar a qualidade do Processo de Ensino-Aprendizagem.

Os resultados deste trabalho foram obtidos no período entre 9 de Setembro à 20 de Novembro de 2022, têm relevância social na medida em que contribuirão para promoção da inclusão e igualdade de oportunidade entre as crianças.

## **CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA**

Neste presente capítulo serão apresentadas as teorias da administração e de aprendizagem que sustentam o estudo, bem como o quadro conceptual, onde serão abordados os conceitos-chave do estudo e o estado da arte.

### **2.1. Referencial teórico**

Neste tópico serão apresentadas as teorias da administração e de aprendizagem que sustentam o estudo: a teoria burocrática, contingencial e a concepção democrática participativa.

#### **2.1.1. Teorias da Administração**

Marilys (2003), na sua reflexão sobre as teorias de administração e suas relações com a realidade escolar, destaca que a teoria burocrática está presente na gestão escolar por causa das suas características técnicas presentes e necessária na administração. O autor resume essas características na divisão de trabalho distribuídas em várias posições e cargos, com alto grau de especialização, onde a contratação tem como base a qualificação técnica. Os cargos são organizados numa estrutura de autoridade hierárquica em forma de pirâmide.

Tendo em conta a interligação das teorias de administração organizacional, onde a Escola não adopta um único paradigma de administração, mas tem em conta a realidade, desafios, conflitos e outros aspectos, Beuren e Forentin (2014) citados por Medeiros (2018), a teoria contingencial procura compreender e explicar as mudanças que ocorrem no ambiente social, os avanços tecnológicos e o aumento da globalização.

Para Pereira (2011) a concepção democrática participativa é a que mais se aproxima do ideal para a gestão escolar, tendo em conta a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Os autores Gugliotti, Oliveira, Ribeiro, Almeida e Herculano (2010, p. 291) definem administração participativa como a “prática que reconhece a importância da participação das pessoas no processo de tomada de decisões da organização, a fim de contribuir no seu desenvolvimento, resoluções de conflitos e na competitividade no mercado global”. Os autores afirmam que a administração participativa é um conjunto de práticas, comportamentos e atitudes, e não uma teoria propriamente estruturada. Essas práticas melhoram a resolução de problemas e envolvem a satisfação de um bem comum na organização.

Nessa base, o estudo será sustentado pela teoria contingencial e pela concepção administração democrática participativa, por elas terem um modelo flexível e uma base na relação orgânica entre a direção e outras partes que constituem a escola. Os desafios que os gestores têm na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual, necessitam de um envolvimento de toda a comunidade escolar no geral. Sendo o gestor o principal articulador do processo de inclusão, como relata Silveira (2009), as suas qualificações técnicas e profissionais serão fundamentais para o sucesso desse processo, o que envolve a teoria burocrática.

### 2.1.2. Teorias de aprendizagem

Quanto a teorias de aprendizagem o estudo será sustentado pela teoria cognitiva de aprendizagem. Será apresentada a definição, seus defensores no geral e sua relação com a aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais.

#### a) Teoria Cognitiva

Segundo Ostermann e Cavalcanti (2011, p 31.):

A corrente cognitiva enfatiza o processo de cognição, através do qual a pessoa atribui significados à realidade em que se encontra. Preocupa-se com o processo de compreensão, transformação, armazenamento e uso da informação envolvido na cognição e procura regularidades nesse processo mental. Nessa corrente, situam-se autores como Bruner, Piaget, Ausubel, Novak e Kelly. Alguns deles são construtivistas com ênfase na cognição (Bruner, Piaget, Ausubel e Novak), ou enfatizam o afectivo (como Kelly e Rogers).

### 2.1.3. Relação da teoria de aprendizagem com a aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais

Segundo a UNESCO (2000), Educação para Todos no Compromisso de Dakar, é necessário satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com NEE.

Para tal, na aprendizagem de alunos com NEE, os autores Araújo, Araújo e Silva, (2016) citados por Casanova, Barreto, Cotrim, Ferreira e Fati (2018, p. 25) falam da abordagem de Piaget que realça a “necessidade de diagnóstico das competências e das habilidades de cada

um dos alunos. As actividades devem ser organizadas de acordo com as características de cada estágio de desenvolvimento”.

Marques (2000) citado por Casanova (2018, p. 25) analisa o pensamento de Vygotsky que diz “as pessoas com NEE deveriam participar de forma activa na vida da sociedade para transporem as suas dificuldades”. Por outro lado, Pinto (2003) citado por Casanova (2018, p. 25) vai trazer as abordagens de Bruner que diz “as aprendizagens cooperativas favorecem a mesma oportunidade de aprendizagem independentemente das suas dificuldades”.

E Teixeira (2012) citado por Casanova (2018, p. 25) fala da abordagem de Gardner ao salientar que “o professor tem o papel de facilitar a aprendizagem utilizando os recursos necessários e adaptados às necessidades educativas”.

A relação entre a teoria cognitiva e a aprendizagem de alunos com NEE pode ser vista na medida em que a teoria enfatiza a aprendizagem significativa, onde há uma preocupação com a compreensão, armazenamento e uso da informação envolvendo a cognição o que é necessário na aprendizagem de alunos com NEE, a mesma permite o diagnóstico das competências e das habilidades de cada um dos alunos, as actividades são planificadas tendo em conta as características de cada estágio de desenvolvimento e o professor é o facilitador da aprendizagem.

Para Plestsch e Glat (2014) os alunos com Deficiência Intelectual precisam de uma ficha de acompanhamento individual no seu processo de aprendizagem. O que envolve diagnóstico das competências e das habilidades de cada um dos alunos, envolve actividades planificadas tendo em conta as características de cada estágio de desenvolvimento o que contribui para uma aprendizagem significativa.

## **2.2. Quadro conceptual**

Neste tópico serão apresentados os conceitos-chave.

### 2.2.1. Gestor Escolar

Segundo Machado (2000) Gestores Escolares ou Directores Escolares são profissionais da educação com uma formação específica em Administração Escolar ou frequentando um curso de especialização ou treinamento em Administração Escolar ou equivalente.

Para Luck (2008) citado por Siteo (2022, p. 10):

O director escolar é o profissional que tem a função de liderar e organizar o trabalho de todos na escola, de modo a orienta-lo no desenvolvimento do ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, ao nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentarem os novos desafios que são apresentados. É o líder, mentor coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída, entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada.

### 2.2.2. Zona de Influência Pedagógica (ZIP)

Segundo o Diploma Ministerial nº 59/2008 de 18 de Junho a “Zona de Influência Pedagógica, abreviadamente designada por ZIP, é um órgão de apoio pedagógico que agrega um conjunto de escolas do Ensino Básico e/ou do Ensino Secundário, visando a superação pedagógica dos respectivos professores”. É o Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), que indica as escolas que pertencem à ZIP.

No mesmo diploma, os requisitos para a constituição da ZIP são:

- a) Respeitar a proximidade entre as escolas (num raio máximo de 10 Km);
- b) Deve agregar 3 a 6 escolas;
- c) A distância, o acesso e o número de professores, também é um critério de constituição da ZIP.

A organização estrutural da ZIP é assim constituída:

- a) Assembleia da ZIP (constituída pelos professores das escolas); e
- b) Conselho de Coordenação da ZIP (constituído pelo coordenador e pelos Directores das escolas).

Segundo Diploma Ministerial nº 59/2008 de 18 de Junho compete à ZIP:

- a) Garantir a consulta do material disponível no centro de recursos pelos professores da ZIP;
- b) Garantir a elaboração e realização da Avaliação Final do 1º Ciclo;
- c) Realizar seminários, reuniões, conferências, capacitações e outros encontros;
- d) Analisar o desempenho dos alunos por ciclos, classes, áreas e disciplinas e os índices de aproveitamento pedagógico;
- e) Adequar os programas de ensino à realidade local e assegurar o seu cumprimento;
- f) Identificar as dificuldades pedagógicas verificadas, investigar as suas causas e propor soluções e alternativas;
- g) Assegurar a integração dos conteúdos do currículo local no centralmente definido;
- h) Possuir dados actualizados e sistematizados sobre o quadro docente e exercício nas escolas da ZIP;
- i) Desenvolver a auto-avaliação das escolas da ZIP;
- j) Garantir a elaboração e realização da Avaliação Final do 1º Ciclo;
- k) Assegurar a elaboração das avaliações e realizar seminários e reuniões.

A zona de influência pedagógica 1 (ZIP 1) do Distrito Municipal KaMavota é constituída por duas escolas nomeadamente: Escola Primária Completa das Mahotas e Escola Primária Completa Imaculada.

### 2.2.3. Educação

Martins (2005) afirmou que o termo educação veio do verbo latim *educare*, composto pelo prefixo *e-* e pelo verbo *ducare*, que significa “criar (uma criança), nutrir, fazer crescer”. O autor sugere também que etimologicamente, educação significa “trazer a luz uma ideia” ou filosoficamente fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade.

Educação é todo e qualquer processo de formação humana, desenvolvido para tornar o ser humano actual à sua época, isto é, processo que o faz ser o que é em todas as dimensões que o identificam (objectivas e subjectivas) e que estão sujeitas a ganhar determinado perfil de acordo com a correlação de forças sociais presente no contexto vivido. (Gramsci citado por Nosella, 2010)

#### 2.2.4. Educação Escolar

De acordo com Leão (2003) a escola destaca-se como importante meio na formação de conhecimentos, comportamentos e valores presentes nas interações entre os sujeitos, sendo uma das instituições que tem papel determinante no processo de constituição da subjectividade, pois através da transmissão da cultura durante a educação formal ela visa produzir um determinado tipo de homem.

A Escola é considerada como principal instituição educacional, onde práticas de combate ao preconceito são mais viáveis.

#### 2.2.5. Educação Inclusiva

A inclusão parte do mesmo pressuposto da integração, ou seja, do direito da pessoa com deficiência à igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade (Aranha, 2001).

Segundo Wilson (2000), citado por Sanches e Teodoro (2006, p. 70), “inclusão é o mesmo que igualdade, fraternidades, direitos humanos ou democracia”. Para este autor a inclusão escolar defende a justiça social para crianças com deficiência e luta contra a exclusão social. É por isso que para Ainscow e Ferreira (2003) citados por Sanches e Teodoro (2006) a inclusão escolar não é apenas para os jovens ou crianças com deficiência, mas para todos.

Segundo a UNESCO (1994, p. 11) na Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

A UNESCO (1994) na Declaração de Salamanca afirma que uma escola inclusiva é aquela que todos alunos podem aprender juntos independentemente das diferenças. Para os autores



Wilson, Ainscow e Ferreira (2003) citados por Sanches e Teodoro (2006) dizem que para tal é preciso que haja mudança de concepções e paradigmas, uma reestruturação das instituições de ensino e não se limitarem na permanência física dos alunos, com isso, uma escola será realmente inclusiva quando houver transformação, que passa por um processo contínuo, consciente e concreto.

Sanches e Teodoro (2006) reconhecem a necessidade de mudança de concepções e paradigmas, também da reestruturação das instituições de ensino, para que não se limitem apenas na permanência física dos alunos com deficiência na escola, pois isso não materializa a política de inclusão.

Sobre a Educação Inclusiva, Oliveira (2012, p. 95) salienta que:

(...) a escola inclusiva deve atender às necessidades de todos alunos na escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino.

Nota-se que nas abordagens actuais, deve-se trabalhar para tornar as escolas inclusivas, cujo o paradigma é ideal para elas. Aranha (2005, p. 20) assume que “‘pessoas com deficiência necessitam, sim, de serviços de avaliação e de capacitação oferecidos no contexto de suas comunidades’”. Com isso, a sociedade deve-se reorganizar de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente das suas particularidades individuais.

Na implementação efectiva do paradigma da educação inclusiva paradigma, as escolas enfrentam diversos desafios, deste modo, vários os autores mostram que ainda permanece o paradigma da integração. Carvalho (2006, p. 2) fala que o aluno é obrigado a adaptar-se à Escola porque “‘a dificuldade de aprendizagem dos alunos tem sido atribuída a "defeitos" que os alunos têm como: hiperactividade, disrítmica, deficiência mental, etc. estes vem sendo tratados como anormais e não como alunos que precisam ser ajudados [...]’”.

Pereira (2011) diz que os gestores escolares não se sentem preparados, a respeito da educação inclusiva e que as escolas ainda não priorizam ações inclusivas porque as propostas pedagógicas não estão voltadas para a inclusão.

E Mergen (2013) fala da capacitação superficial dos gestores e professores, também da falta de especialistas para auxiliarem os professores na aprendizagem de alunos com NEE.

#### 2.2.6. Necessidades Educativas Especiais

Segundo o MINED (2013, p. 45), no Sistema de Informação Estatística, as Necessidades Educativas Especiais “referem-se a toda e qualquer ajuda pedagógica que as crianças, jovens e adultos (excluídos ou não do sistema de ensino regular) necessitam para aprender”.

Para a UNESCO (1994, p. 6), as Necessidades Educativas Especiais (NEE) referem-se a “crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais”.

O conceito de NEE segundo a definição acima citada mostra, que o mesmo vai além de crianças com deficiências, devendo incluir todo um contexto de dificuldades de aprendizagem que os alunos apresentam.

Segundo a UNESCO (1994) crianças e jovens com NEE passam a ter o acesso à educação nas escolas regulares, que devem adotar uma pedagogia centrada no aluno e identificar estratégias de intervenção precoce.

Os documentos citados demonstram a necessidade de se materializarem as políticas de inclusão e permitirem o acesso à educação dos alunos com deficiência intelectual.

#### 2.2.7. Deficiência Intelectual

A Deficiência Intelectual é compreendida como uma condição caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, que está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, manifestadas antes dos dezoito anos de idade (American Association on Mental Retardation, 2006).

Segundo Ke e Liu (2015) alguns exemplos de Deficiência Intelectual são, Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Má formações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica.

Rocha (2017) cita Souza (2013) que define a Deficiência Intelectual como alterações psicológicas, sociais e emocionais, que não correspondem a uma doença, e sim a um conjunto de síndromes que têm em comum a insuficiência intelectual. Neste caso, para saber se a pessoa tem deficiência intelectual, é preciso fazer um diagnóstico com uma equipe multidisciplinar.

Para Ke e Liu (2015) a Deficiência Intelectual se manifesta no atraso do desenvolvimento do intelecto, défices no funcionamento adaptativo social e no Quociente de Inteligência (QI). E podem ser classificados em quatro níveis de gravidade:

**Profunda:** Caracterizada pelo QI inferior a 20. Esta fase mostra os casos de Deficiência Intelectual profunda onde o desenvolvimento das funções básicas se encontra comprometido. As pessoas com essa deficiência apresentam grandes problemas sensório-motores e de comunicação e precisam de auxílio nas actividades comuns.

**Grave:** Caracterizada pelo QI entre a 20 e 34. As crianças que se encaixam neste perfil necessitam, muitas vezes, de ajuda no domínio da autonomia pessoal e social, que é muito debilitada. Conseguem explorar algum sistema de comunicação mesmo com vocabulário limitado. Precisam de ajuda na escola, em casa e na comunidade.

**Moderado:** Caracterizada pelo QI entre 35 e 49. Nesta fase a criança com deficiência pode obter algum tipo de hábito e autonomias pessoal e social. Também pode aprender a comunicar-se pela linguagem verbal e cuidar de si mesmas. Tem a possibilidade de realizar trabalhos qualificados ou semiquualificados.

**Leve:** Caracterizada pelo QI entre a 50 e 69. Estas crianças têm um desenvolvimento lento e atrasado. Mas podem aprender a comunicar-se socialmente. Possuem capacidade de

adaptação e integração no mundo e no mercado de trabalho. Mostram pouco atraso nas áreas perceptíveis e motoras e é na escola onde são diagnosticadas as suas dificuldades intelectuais. No geral para Ke e Liu (2015) as crianças com Deficiência Intelectual; (i) têm atraso no desenvolvimento da linguagem; (ii) são lentas na percepção dos estímulos ambientais; (iii) têm um pensamento atrasado o que dificulta a análise, o raciocínio, a compreensão e os cálculos; e (iv) têm uma fraca memória e emoções ingênuas e imaturas.

Os autores também relatam que a Deficiência Intelectual pode estar associada a problemas de saúde como:

- a) Epilepsia, como é o exemplo de crianças com Síndrome de Down e Síndrome de X;
- b) Problemas de comportamento, como por exemplo, crianças inquietas, com falta de concentração, impulsivas e que se irritam com facilidade;
- c) Problemas visuais e auditivos; e
- d) Paralisia cerebral, como o caso de autismo.

Os mesmos autores afirmam que o diagnóstico deve ser feito por profissionais da saúde e alguns dos critérios que devem ser atendidos para considerar que uma criança tenha DI são:

- a) Funcionamento significativo abaixo de QI 70;
- b) Défices no funcionamento adaptativo social no mínimo em duas áreas: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais e pessoais, auto direção, habilidades na escola e trabalho, lazer, saúde e segurança;
- c) Início da DI, antes dos 18 anos de idade.

Todas essas causas e dificuldades encontradas nas crianças com DI, não revelam impossibilidade de aprendizagem, mas sim a necessidade de uma atenção especializada.

Santos (2012, p. 37) relata que “a Educação na área da Deficiência Intelectual deve atender às necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da Educação proposta às demais pessoas”. Para tanto, a escola deve ser vista como um espaço democrático onde todos os alunos possuem os mesmos direitos aos estudos e a educação de qualidade.

### 2.2.8. Evolução do conceito de Deficiência Intelectual

Segundo Oliveira e Gargantini (2000) a DI antes era denominada retardado mental, deficiência mental, oligofrenia ou atraso mental. Rocha (2017) citando a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (2011), relata a mudança do conceito de deficiência mental que vigorou de 1908 até 1958, para DI em 2010. A mudança dos conceitos segundo a autora contribuiu para um enfoque multidimensional na definição de DI, contrária à anterior, concepção interacionista da DI.

De acordo com Munhoz (2016) o quociente de inteligência foi um dos primeiros condutores para avaliar o intelecto da criança, foi estabelecido no final do século XIX e no início do século XX com o objectivo de medir a capacidade geral e intelectual específica das crianças pelo pedagogo e psicólogo francês Alfred Binet de 1857 à 1911, e também pelo psicólogo Théodore Simon. Munhoz diz que foi a partir desse tempo que a aprendizagem das crianças começou a ser observada e foi notado que elas aprendiam em ritmos diferentes, e através dessa observação foi criada a primeira escala de inteligência designada Binet Simon. Desse modo a DI é definida como diminuição das capacidades intelectuais expressas pelo QI que são medidas através de testes.

Ao longo dos anos outros estudos surgiram que defendiam a ideia de que a DI é um problema pessoal causado directamente pela doença, trauma ou problema de saúde, que requer uma assistência médica e um tratamento individual por profissionais de saúde. Dessa forma a DI pode estar associada a uma doença, segundo a Organização Mundial da Saúde (2004) citada por Munhoz (2016).

Rocha (2017) apresenta alguns estudos e relata os conceitos em diferentes vertentes e suas classificações. Segundo a autora:

- a) O DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), da APA (American Psychiatric Association) em 2010, a DI é definida como sendo grupo de condições e funções intelectuais com início no período do desenvolvimento. Os transtornos se manifestam cedo no desenvolvimento, antes da criança ingressar na escola, são caracterizados por déficits no desenvolvimento e acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, académico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento podem variar, podendo ser limitações na aprendizagem ou no controle

de funções executivas, habilidades sociais ou inteligência. São classificados como Transtornos de Neurodesenvolvimento.

- b) A CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1993, também define a DI como um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui défices funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático. Inclui, também, limitações na aprendizagem ou no controle de funções executivas, habilidades sociais ou inteligência.
- c) A CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade e Saúde), organizada pela OMS (2001), mostra dois modelos de DI, a biomédica e a social. Inclui limitações no raciocínio, solução de problemas, planeamento, pensamento abstracto, juízo, aprendizagem académica, aprendizagem pela experiência, independência pessoal e responsabilidade social.

Estes estudos acima abordados ajudam na compreensão do conceito de DI e sua evolução, de atraso mental para deficiência intelectual. A criança com DI é aquela que tem uma diminuição das capacidades intelectuais, expressas pelo QI, através de testes que ajudam a medir o nível de deficiência intelectual e saber de forma específica que dificuldades de aprendizagem a criança tem. Isto significa que se o professor souber com exactidão o nível e as dificuldades do aluno, terá como foco a sua aprendizagem.

### **2.3. Estado da arte**

No estado da arte serão apresentados alguns estudos feitos, resultados obtidos e sua importância para o estudo do tema.

#### **2.3.1. Resultados internacionais**

Para obtenção dos resultados internacionais, foi feita uma pesquisa nos seguintes sites: google académico, Scielo e Revistas científicas. Nessa pesquisa foram encontrados os seguintes resultados:

O autor Carvalho (2006) com o tema: *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"* feito em Porto Alegre, defende que:

- a) A inclusão é uma prática e reestruturação das culturas, políticas escolares;
- b) A inclusão é um processo;

- c) A inclusão não consiste na permanência física do aluno apenas;
- d) Quando o aluno tiver que se moldar, ou adaptar-se à escola, significa que a mesma não é inclusiva; e
- e) A função da escola é colocar-se a disposição dos alunos. “A dificuldade de aprendizagem dos alunos tem sido atribuída a "defeitos" que os alunos têm como: hiperactividade, disrítmica, deficiência mental, etc. estes vem sendo tratados como anormais e não como alunos que precisam ser ajudados [...]”.

Machado (2000) com o tema: *Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares*, feito em Brasília, argumenta que:

- a) A eficácia da gestão e o projecto pedagógico são construídos no dia-a-dia, no processo de aprendizagem em equipa, compartilhando objectivos e resultados; e
- b) Analisando várias pesquisas nacionais e internacionais, a eficácia dos seus resultados de aprendizagem dos alunos está associada à sua identidade institucional, na qual se inclui o padrão de gestão.

Mergen (2013) com o tema: *A Gestão Escolar Frente ao processo de inclusão*, defendido na Universidade Federal de Santa Maria em Brasil, defende que:

- a) O processo de inclusão não é responsabilidade do professor só;
- b) Para atingir a inclusão escolar, a escola deve fazer uma reforma radical;
- c) A gestão escolar não deve estar a par das questões administrativas apenas, mas também do processo pedagógico; e
- d) A elaboração do projecto político pedagógico e do currículo deve envolver os gestores escolares; e que
- e) No processo de inclusão e permanência dos alunos com NEE, os professores devem receber suporte por parte da direcção e coordenação pedagógica.

Silveira (2009) com o tema: *A gestão para a inclusão: uma pesquisa-acção colaborativa no meio escolar*, defendido na Universidade Federal do Ceará, Fortaleza:

- a) Aponta para o gestor escolar como agente promotor da inclusão;
- b) O gestor escolar deve proporcionar a sua equipa flexibilidade, diversidade de acções e formação pedagógica;

- c) A autora, evidencia os desafios imposto à administração escolar para garantir a implementação das políticas de inclusão, onde aponta para a falta do projecto pedagógico inclusivo, a organização da escola, o gestor escolar como o principal articulador do processo; e
- d) A gestão escolar implica mudanças significativas na resolução de problemas, compartilhar informações, cooperação e participação de todos.

Pereira (2011) com o tema: *O papel do gestor na busca por uma escola inclusiva no município de Novo Gama – Goiás*, defendido na Universidade de Brasília, Brasília, diz que:

- a) A educação inclusiva é um desafio e compromisso que toda a escola deve assumir;
- b) A concepção democrática – participativa é a que mais se aproxima do ideal para a gestão escolar;
- c) Os gestores escolares não se sentem preparados, a respeito da educação inclusiva; e que
- d) As escolas ainda não priorizam acções inclusivas.

Veiga (2014) com o tema: *O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*, defendido na Universidade de Brasília, diz que:

- a) É fundamental o papel do gestor na mediação dos mecanismos de promoção da educação inclusiva, nos procedimentos diários da sala de aula e na organização da escola, em busca de qualidade e transparência;
- b) O gestor escolar deve promover o planeamento e execução das acções desenvolvidas;
- c) O gestor escolar que se propõe a actuar numa prática inclusiva envolve-se na organização das reuniões pedagógicas, desenvolve acções relacionadas à acessibilidade universal, identifica e realiza as adequações curriculares, tomando providências administrativas necessárias a implementação do projecto de educação qualidade e transparência; e
- d) O gestor escolar deve ter em conta a elaboração do projecto Político Pedagógico na construção da educação inclusiva.

E por fim as autoras Plestsch e Glat (2014) com o tema: *A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional*, defendido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fala da mudança do termo deficiência mental para DI:



- a) O termo deficiência mental foi substituído por DI em 2010, pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento, anteriormente denominada Associação Americana de Retardo Mental;
- b) É preciso disponibilizar conhecimentos teórico-práticos e suporte aos profissionais da Educação para que possam realizar mediações pedagógicas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos com DI;
- c) A escola precisa de uma transformação cultural para incluir os alunos com DI; e que
- d) Os alunos com DI precisam de uma ficha de acompanhamentos no processo de ensino e aprendizagem, materializado através do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado.

#### **Concordâncias:**

- a) Os autores concordam que a gestão participativa é o melhor caminho para a eficácia no processo de inclusão;
- b) A educação só é inclusiva se tiver acções que incluam todos os alunos;
- c) As escolas precisam desenvolver projectos políticos pedagógicos na construção da educação inclusiva;
- d) O gestor escolar tem um papel fundamental na construção de uma escola inclusiva;
- e) Existem desafios na construção de uma escola inclusiva;
- f) Quando o aluno tiver que se amoldar, ou adaptar-se à escola, significa que a mesma não é inclusiva; e
- g) A função da escola é colocar-se à disposição dos alunos.

A referência teórica mais ligada à Deficiência Intelectual é a teoria de aprendizagem significativa de Vigotsky e Ausubel e os estudos dos psicólogos Alfred Binet e Henri Simon no quociente de inteligência (QI).

#### **2.3.2. Resultados nacionais**

Para obtenção dos resultados nacionais, foi feita uma pesquisa no repositório da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na Faculdade de Educação (FACED). Nessa pesquisa foram encontradas 56 monografias na FACED e 20 monografias no departamento de Organização e Gestão da Educação no mês de Setembro de 2022.

Resultados:

- a) Não foram encontrados estudos sobre DI;
- b) Não foram encontrados estudos relacionados com desafios dos gestores na inclusão de alunos com DI ou NEE;
- c) Foi encontrado um estudo sobre a deficiência visual, feito por Ngomane (2018) com o tema: Inclusão de Alunos com Deficiência Visual no Processo de Ensino e Aprendizagem na Escola Secundária Força do Povo. Tendo a autora concluído que a inclusão escolar de alunos com deficiência visual é feita de forma integracionista, visto que os alunos devem se adaptar à escola, e não a escola aos alunos.
- d) Foi encontrado um estudo sobre a síndrome de Down, defendido por Dossá (2018) com o tema: Análise da Inclusão Escolar de Alunos com Síndrome de Down no Ensino Primário: O Caso da Escola Primária Completa de Bagamoyo. Tendo concluído que prevalece a perspectiva de segregar-se a criança sob a alegação da deficiência onde a mesma deve frequentar o ensino especial porque necessita de atendimento especializado, o que constitui um factor que contribui, negativamente, para o seu desenvolvimento na Escola.

Em suma, o tópico apresenta as teorias que sustentam o trabalho, o quadro conceitual e o estado da arte. Estes pontos são importantes porque apresentam estudos feitos que ajudarão a analisar e discutir os resultados do estudo.

## **CAPÍTULO III: METODOLOGIA**

Na metodologia, encontram-se classificados o método, os objectivos e o procedimento da pesquisa, feita a descrição do local de estudo, a população e participantes, as técnicas, instrumentos e procedimentos de recolha e interpretação de dados, as técnicas de sistematização, interpretação e análise dos dados, questões éticas e as limitações do estudo.

### **3. Classificação da pesquisa**

Este tópico classifica a pesquisa quanto ao método, objectivos e procedimento da pesquisa.

#### **3.1. Quanto ao método da pesquisa**

A pesquisa optou por uma abordagem qualitativa, porque vai tratar sobre aspectos da vida educativa e por se considerar o procedimento mais consistente em função das características do estudo. Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa é a que tem uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que não pode ser traduzido em números. É o ambiente natural a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é um elemento chave.

Este método foi escolhido tendo em conta os objectivos traçados, que buscam analisar os desafios da inclusão de alunos com DI a partir do ponto de vista dos gestores e pela análise documental, tendo em conta o papel e as estratégias de intervenção.

#### **3.2. Quanto aos objectivos**

Quanto aos objectivos a pesquisa é exploratória. Para Gil (2012, p. 2) a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Para o autor esta modalidade é utilizada quando o propósito é entrevistar as pessoas envolvidas e na maior parte assume o estudo de caso. Com isso, a classificação desta pesquisa como exploratória é justificada pela intenção do autor em tornar o problema mais explícito.

#### **3.3. Procedimento da pesquisa**

Para o alcance dos objectivos da pesquisa, vai recorrer-se ao “estudo de caso”. Esse tipo de estudo será útil na medida em que buscar-se-ão dados exactamente onde ocorrem os desafios da inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

### 3.4. Descrição do local do estudo

O estudo será feito no Distrito Municipal KaMavota, nas escolas pertencentes a ZIP 1, nomeadamente: Escola Primária Completa das Mahotas, que é a escola sede da ZIP 1 e Escola Primária Completa Imaculada.

**Tabela 1:** Professores da ZIP 1

ZIP 1	DN1			DN2			DN3			DN4		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
EPC das Mahotas	8	14	22	0	1	1	8	14	22	6	13	19
Subtotal	63											
EPC ``Imaculada``	4	6	10	0	0	0	3	6	9	2	3	5
Subtotal	24											
Total	12	20	32	0	1	1	11	20	31	8	16	24

Fonte. Efectivo dos professores da ZIP 1 distribuídos em categorias.

#### 3.4.1. Escola Primária Completa das Mahotas

Segundo o documento da Escola referente a Organização e funcionamento (2022) a Escola Primária Completa das Mahotas (EPC das Mahotas) é uma instituição de ensino, de natureza pública e rege-se pelos documentos normativos nacionais de gestão escolar. No desempenho das suas actividades, a escola está sob tutela do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, através dos Serviços Dos Assuntos Sociais da Cidade Maputo, inserida na rede de escolas públicas dos Serviços Distritais de Educação Tecnologia e Juventude do Distrito Municipal KaMavota.

##### a) Funcionamento

EPC das Mahotas funciona com base nos fundos provenientes do Orçamento Geral do Estado, para pagamento de salário dos funcionários e agentes do Estado, aquisição de materiais de limpeza e higiene, desportivo, eléctrico e, também funciona com fundos da comunidade para o pagamento dos salários do pessoal não estatal contratado pela escola, da manutenção e conservação das infra-estruturas (reparação de carteiras, reposição de vidros e torneiras). Também estabelece, parcerias de carácter técnico-financeiro com outros organismos sociais nacionais e/ou internacionais. Existem seis órgãos, que são responsáveis pela organização, planificação e implementação das políticas públicas de ensino na escola, nomeadamente: o Conselho da Escola, a Direcção da Escola (colectivo de direcção), o Conselho Pedagógico, a Assembleia-Geral da Escola, a Assembleia-Geral da Turma e Conselho de Turma.

Actualmente, a Direcção da Escola é constituída por quatro elementos, a saber: Director, dois Directores Adjuntos (um do curso Diurno e outro do curso Nocturno) e a Chefe de Secretaria. A Direcção reúne-se mensalmente e todos seus membros exercem as suas funções por nomeação.

**Tabela 2:** Alunos da EPC das Mahotas

Classe	H	M	HM	Turmas
1 <sup>a</sup>	157	176	333	5
2 <sup>a</sup>	243	261	504	8
3 <sup>a</sup>	345	303	648	11
4 <sup>a</sup>	179	194	373	6
5 <sup>a</sup>	384	338	722	12
6 <sup>a</sup>	233	223	456	8
7 <sup>a</sup>	419	374	793	13
<b>Total</b>	<b>1934</b>	<b>1878</b>	<b>3830</b>	<b>63</b>

Fonte. Efectivo dos alunos da EPC Mahotas referente ao ano de 2022.

**Tabela 3:** Alunos com Deficiência Intelectual

Classes	H	M	HM	Tipo de NEE
1 <sup>a</sup> Classe	1	0	1	Deficiência Intelectual
5 <sup>a</sup> Classe	1	0	1	Deficiência Intelectual
6 <sup>a</sup> Classe	1	1	2	Deficiência Intelectual
Total	3	1	4	Deficiência Intelectual

Fonte. Alunos com Deficiência Intelectual da EPC das Mahotas referente ao ano de 2022.

b) Estrutura física e patrimonial

O processo de ensino e aprendizagem decorre em edifícios próprios da Escola com mobiliário, material didáctico, condições de salubridade, corrente eléctrica, murro de vedação e acesso à água potável. A Escola possui 9 blocos e 21 salas de aulas com diferentes tamanhos. No bloco 1, funcionam os gabinetes do Director da Escola, dos Directores Adjuntos e da Chefe de Secretaria; no bloco 2, estão as salas de 1 a 7, a sala dos professores e a papelaria; no bloco 3, estão as salas 8 a 10; no bloco 4, 11 a 14, no bloco 5, estão as salas 15 e 16, no bloco 6, estão as Salas 17 a 21; no bloco 7, localizam-se os sanitários dos alunos (as); no bloco 8 estão os sanitários dos professores (as) e no bloco 9 encontram-se a cantina, o armazém e o guarda-roupa das serventes.

c) Breve historial

A Escola Primária Completa das Mahotas foi edificada em de 1924, funcionando num simples edifício que contava com seis salas de aula e uma residência para o Director. O seu objectivo

era servir a minoria branca residente no então bairro Europeu, hoje ferroviário, e os funcionários dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Na altura da sua criação a escola chamava-se, Escola Primária do Bairro Europeu. Depois o bairro passou a designar-se “Ferroviário das Mahotas” e o nome da escola também foi alterado para “Primária das Mahotas” em homenagem ao regulado dos “Mahotas”.

Em 2019, no 1º Ciclo, a escola implementou o projecto MUVA Assistentes, com o lema “*pensa à frente, faz diferente*”, que consistiu na introdução da figura do assistente de turma, de forma a auxiliar o professor no processo de ensino e aprendizagem, considerando que o professor não era capaz de fazer o acompanhamento individualizado do aluno, o que contribuía para o aumento do insucesso escolar.

Em 2020, com os fundos do Orçamento do Estado, foram feitas outras intervenções de vulto para responder aos desafios provocados pela pandemia da Covid-19, que consistiram na reabilitação dos sanitários, na aquisição de um tanque de água com a capacidade de 5000 litros e a montagem dos pontos de lavagens.

#### 3.4.2. Escola Primária Completa “Imaculada”

Segundo o Plano Anual de Actividades (2022) da Escola Primária Completa da “Imaculada” a mesma é uma instituição tutelada pela Igreja Católica Apostólica Romana - Arquidiocese de Maputo - Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Mavalane, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. A Escola presta serviços educacionais, comprometendo-se com o desenvolvimento do país e inserida na rede de escolas públicas dos Serviços Distritais de Educação Tecnologia e Juventude do Distrito Municipal KaMavota.

A Escola Primária Completa “Imaculada” localiza-se no Distrito Municipal KaMavota, no prolongamento da Av. Julius Nyerere n°8619/B. Depois da Escola Secundária Força do Povo e antes da lixeira de Hulene.

##### a) Funcionamento

A Escola funciona com base nos fundos provenientes do Orçamento do Estado, para pagamento de salário dos funcionários e Agentes do Estado, aquisição de material de limpeza e higiene; desportivo, informático, eléctricos. Também, funciona com fundos da taxa da

comunidade para pagamento de salários dos guardas contratado pela escola, manutenção e conservação hidráulica e eléctrica dos tanques e energia. Os órgãos de gestão da Escola são: O colectivo da Escola composto pela Directora da Escola, Directora Adjunta e a Chefe de Secretaria.

**Tabela 4:** Alunos da EPC ‘Imaculada’

Classe	H	M	HM	Turma
1ª	40	60	100	2
2ª	46	62	108	2
3ª	77	82	159	3
4ª	145	130	275	5
5ª	98	102	200	4
6ª	99	101	200	4
7ª	108	112	220	4
Total	613	649	1262	24

Fonte. Efectivo dos alunos da EPC ‘Imaculada’ referente ao ano de 2022.

**Tabela 5:** Alunos da EPC ‘Imaculada’ com Deficiência Intelectual

Classes	H	M	HM	Tipo de NEE
1ª		1	1	Deficiência Intelectual relacionada com Síndrome de Dawn
2ª	1	1	2	Deficiência Intelectual relacionada com Autismo
Total	1	2	3	Deficiência Intelectual

Fonte. Alunos com Deficiência Intelectual da EPC das ‘Imaculada’ referente ao ano de 2022.

b) Estrutura física e patrimonial

O processo de ensino e aprendizagem decorre em edifícios próprios com mobiliário, material didáctico, boas condições de salubridade, corrente eléctrica, murro de vedação e acesso à água potável. A Escola possui 12 salas de aulas, uma sala da Directora, uma da Directora Adjunta Pedagógica, sala dos professores, secretaria, biblioteca, sala de informática e um ginásio. A escola tem sanitários dos funcionários docentes e dos alunos.

c) Breve historial

A Escola Primária Completa ‘Imaculada’ foi edificada em 1956. Na altura a mesma estava ligada à Escola Secundária Força do Povo. A estrutura actual da escola foi projectada em

2000 e inaugurada em 2007. A Escola é tutelada pela Igreja Católica Apostólica Romana - Arquidiocese de Maputo - Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Mavalane, tendo no seu edifício uma paróquia. Em 2020, com os fundos do orçamento do Estado, foram feitas intervenções para responder os desafios provocadas pela pandemia da Covid-19.

### **3.5. Técnicas, instrumentos e procedimentos de recolha de dados**

As técnicas e respectivos instrumentos de recolha de dados foram: a entrevista semiestruturada (guião de entrevista e gravador), a análise documental (ficha de leitura) e a observação (grelha de observação) para se dar respostas às seguintes perguntas de pesquisa.

- a) Quais são os desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?
- b) Como é o papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios da inclusão de alunos com Deficiência Intelectual? e
- c) Que estratégias de intervenção os gestores da ZIP 1 usam face aos desafios da inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?

Para a recolha dos resultados destas perguntas foram utilizados o guião de entrevista semiestruturada e um gravador, a ficha de leitura e a grelha de observação.

#### Guião de entrevista semiestruturada

O guião de entrevista semiestruturada foi aplicado a dois Directores e duas Directoras Adjuntas Pedagógicas, constituintes das da ZIP 1. As gravações foram feitas pelo celular com a permissão dos Directores.

#### Ficha de leitura

Com a ficha de leitura foram registados aspectos de inclusão contidos nos seguintes documentos das escolas: (i) Plano Anual de Actividades 2022; (ii) Relatório Anual de Actividades de 2021; (iii) Regulamento Interno da Escola; (iv) Relatório Pedagógico Anual de 2022; (v) Plano de Desenvolvimento da Escola e o (vi) Projecto Político Pedagógico.

#### Grelha de observação



A grelha de observação das salas de aulas foi utilizada para o registo das condições: (i) do ambiente do processo de ensino-aprendizagem; (ii) da ilustração das salas de aulas; (iii) dos espaços de interacção aluno-professor; (iv) dos estados das salas de aulas e do mobiliário; (v) das condições de pintura, higiene e limpeza, e arejamento e das salas; (vi) estado dos materiais didácticos; e (vii) das condições de acessibilidade às salas de aulas e demais recintos Escolares.

Este instrumento foi utilizado apenas para a recolha de dados da primeira pergunta de pesquisa.

### **3.6. Técnica de sistematização e interpretação dos dados obtidos**

A técnica de análise e interpretação de dados a ser utilizada será a análise de conteúdos, que será interpretada de forma descritiva.

### **3.7. Questões éticas**

Todas as questões éticas a respeito do trabalho foram observadas (a apresentação da credencial nas escolas, solicitação de permissão para a realização da pesquisa, esclarecimento aos participantes da pesquisa e a forma como os dados colhidos seriam tratados e sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, bem como quaisquer informações que possam levar à identidade pessoal dos participantes da pesquisa).

### **3.8. Limitações do estudo**

O Impacto da Covid-19 na realização do estudo foi baixo, porque atravessava-se um momento de relaxamento das medidas de prevenção. No entanto, em todas as actividades foram observadas todas as medidas de prevenção da doença. O estudo teve limitações na recolha de dados através da ficha de leitura, porque os documentos não continham a informação necessária para a recolha de dados.

Em suma a metodologia apresentada servirá de base para a recolha de dados necessários para obtenção de resultados. De salientar que nenhuma técnica é isenta de limitações, podendo o estudo ser feito tendo em conta outras abordagens.

## CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação e discussão dos resultados foram feitas em três momentos conforme as técnicas e respectivos instrumentos aplicados para a recolha de dados, isto é: (i) nos desafios dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual; (ii) no papel dos gestores da ZIP 1 à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual; e (iii) nas estratégias de intervenção dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com deficiência intelectual.

### 4.1. Apresentação dos resultados

Neste tópico serão apresentados resultados obtidos através dos instrumentos de recolha de dados a saber: do guião da entrevista semiestruturada, ficha de leitura e grelha de observação.

#### 4.1.1. Identificação dos desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.

Um dos objectivos específicos do estudo é identificar os desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual. Tendo em conta esses objectivos foram obtidos os seguintes resultados:

##### a) Resultados obtidos através do guião da entrevista semiestruturada

Perguntas	Resposta dos/as Directores/as da EPC das Mahotas	Resposta dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”
Qual é o entendimento do(a) Director(a) sobre a DI?	<i>O que é DI mesmo, mostra-me uma definição.</i>	<i>“Crianças com DI são crianças que têm algo a mais”.</i>
Qual é o entendimento do(a) Director(a) sobre a inclusão?	<i>A Inclusão é receber a criança com NEE.</i>	<i>A “Inclusão é estar aberto para receber a diferença e conviver com ela sem discriminar”.</i>

Perguntas	Resposta dos/as Directores/as da EPC das Mahotas	Resposta dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”
Que barreiras encontram na inclusão de alunos com DI?	<p>“Não-aceitação dos pais e/ou encarregados de educação (pensam que são problemas espirituais)”;</p> <p>“ Não acompanhamento dos pais e/ou encarregados de educação nos processos de ensino e aprendizagem”;</p> <p>“Indisciplina dos alunos com DI (levantam no meio da aula querem ir para casa, apagam o que a professora escreve no quadro, querem sentar sozinho)”;</p> <p>“Dificuldades na comunicação da criança (não se expressa bem, timidez, pouca interação)”;</p> <p>“Falta de materiais didácticos por parte do professor e do aluno”;</p> <p>“Rácio aluno-professor”; e</p> <p>“Diagnóstico do nível da DI nos alunos e tempo de leccionação”.</p>	<p>“Falta de capacitação dos professores”;</p> <p>“ Quando há capacitação é superficial”;</p> <p>“As estruturas escolares não estão preparadas para todo o processo que envolve a inclusão de crianças com DI”;</p> <p>“O sistema escolar no decorrer do processo de ensino e aprendizagem da criança acaba sendo excludente”;</p> <p>“As crianças não têm competência para passar, mas passam”;</p> <p>“Falta de parceria com os pais e/ou encarregados de educação o que culmina com o sofrimento da criança, o abandono das crianças e todas as responsabilidades recaindo sobre a escola”;</p> <p>“Rácio aluno-professor (70 alunos por turma)”;</p> <p>“As iniciativas do Ministério da Educação até que são interessantes, mas não se materializam no concreto, não tem em conta a realidade das escolas”;e</p> <p>“Diagnóstico e falta de conhecimento e entendimento sobre DI bem como a forma adequada de trabalhar com os alunos e atender as suas necessidades básicas”.</p>
A escola tem um plano/projecto de desenvolvimento político pedagógico?	“Tem”	“Tem um plano anual de actividades”.
Que actividades são desenvolvidas para a inclusão dos alunos com DI?	“Não existem actividades planificadas, é na base de experiências”.	“Existem actividades referentes ao atendimento de crianças com NEE e aulas de recuperação para crianças com dificuldades de aprendizagem”.
Os professores elaboram um plano educativo individual?	Sim.	“Não, o plano é colectivo”.
Se sim, o(a) Director(a) tem monitorado a elaboração do plano?	Não.	Sim.

## b) Resultados obtidos através da ficha de leitura

Em relação à ficha de leitura, foram lidos os seguintes documentos: o Relatório Anual de Actividades de 2021; o Projecto Político Pedagógico e o Plano Anual de Actividades de 2022, disponibilizados pelo Director da EPC das Mahotas.

Em relação aos desafios dos gestores das Mahotas, em nenhum dos documentos lidos foram encontrados pontos específicos sobre a inclusão no geral e também não foram encontrados aspectos sobre a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.

O Projecto Político Pedagógico da escola não apresenta desafios na inclusão de alunos com NEE.

No Plano Anual de Actividade nenhuma actividade consta referente ao processo de inclusão, desafios ou estratégias de superação.

Na EPC “Imaculada” a Directora forneceu os seguintes documentos: Relatório Anual de Actividades de 2021 e o Plano Anual de Actividades de 2022. Nos documentos fornecidos não foram encontrados pontos específicos sobre a inclusão no geral, nem de alunos Deficiência Intelectual.

**c) Resultados obtidos através da grelha de observação**

Sobre a grelha de observação foram encontrados os seguintes resultados na observação das salas de aulas da ZIP 1.

<b>EPC das Mahotas:</b>	<b>EPC “Imaculada”:</b>
<p>“Salas pouco ilustradas, com (apenas alguns desenhos dos alunos em folhas A4 em algumas salas) ”;</p> <p>“Nem todas as salas têm espaço de interacção aluno-professor”;</p> <p>“Nem todas as salas têm carteiras completas, algumas têm teto estragado, vidros quebrados”;</p> <p>“Nem todas as salas foram pintadas”;</p> <p>“Falta de material didáctico para professor”;</p> <p>“São bem arejadas”.</p>	<p>“Salas pouco ilustradas, mas a escola tem uma biblioteca, com um espaço de interacção, colorido, com livros e diversos materiais didácticos”;</p> <p>“Todas as salas têm espaço de interacção aluno-professor”;</p> <p>“Nem todas as salas têm carteiras completas, algumas têm vidros quebrados”;</p> <p>“Todas as salas foram pintadas”;</p> <p>“Tem material didáctico para professor”;</p> <p>“São arejadas”.</p>

**4.1.2. Papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual**

O segundo objectivo é descrever o papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios da inclusão de alunos com Deficiência Intelectual, para tal foram obtidos os seguintes resultados:

**a) Resultados obtidos através do guião da entrevista semiestrutura**

Perguntas	Resposta dos/as Directores/as da EPC das Mahotas	Resposta dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”
Qual é o papel do(a) Director(a) no processo de inclusão dos alunos?	Na EPC das Mahotas: “Receber as crianças, criar condições para atender diversas dificuldades que os professores trazem”.	“Receber as crianças, verificar se estão a ser incluídas no processo de ensino e aprendizagem”; “Requisitar matérias didácticos, conversar com os professores e fazer acompanhamento ao professor”; “Pedir ajuda profissional, uma vez que a Escola interage com um psicólogo”.
Que actividades são desenvolvidas para se ultrapassarem as barreiras na inclusão de alunos com DI?	“Não há actividades exactas. É na base de experiências e o que dá para fazer-se”.	“Identificar os alunos com DI”; “Dialogar com os pais”; “Conversar com profissionais para falarem com os pais que aceitam a deficiência da criança”; e “Ajudar o professor nas estratégias de ensino e aprendizagem”.
Sugestões para que as barreiras sejam ultrapassadas:	O Director falou da necessidade de interacção com psicólogo.	“Ter uma Escola que tenha uma sala específica em cada ZIP para atender essas crianças, com profissionais qualificados e material didáctico específico, com um professor qualificado e com interacção directa com os profissionais da saúde”.
Como gestor escolar, o que faz para garantir a inclusão dos alunos com DI?	“Recebo a criança”; “Interajo com uma Organização Não-Governamental Humaty Inclusion (HI) para a capacitação dos professores”.	“Recebo a criança”.
Como está a decorrer a inclusão de alunos com DI?	“Não esta a decorrer conforme o desejado, esta abaixo do desejado”.	“Nós estamos dizendo que a escola é inclusiva, mas não tem práticas inclusivas, não tem metodologias inclusivas. Estamos na integração e não na inclusão.

<b>Perguntas</b>	<b>Resposta dos/as Directores/as da EPC das Mahotas</b>	<b>Resposta dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”</b>
De que forma os professores são monitorados para verificar se as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com DI são supridas?	“São monitorados, mas as crianças são lentas na aprendizagem, nem todas as necessidades básicas de aprendizagem são supridas”.	“Apesar de monitorar o professor, conversar com ele, ainda não se tem o suficiente para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com DI”.
Como é feita a avaliação da aprendizagem dos alunos com DI?	“Normal”.	“Normal”.

### **b) Resultados obtidos através da ficha de leitura**

Para a obtenção dos resultados deste tópico da pesquisa, foi aplicada a ficha de leitura na análise do Regulamento Interno da Escola. Foi constatado que tanto na EPC das Mahotas assim como na EPC “Imaculada” o Regulamento Interno da Escola não apresenta directrizes específicas dos gestores em relação à inclusão de alunos com NEE.

#### 4.1.3. Estratégias de intervenção dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual

O último é explicar as estratégias de intervenção dos gestores do Ensino Primário da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com DI. O mesmo foi materializado através dos seguintes resultados.

### **a) Resultados obtidos através do guião de entrevista semiestruturada**

<b>Perguntas</b>	<b>Resposta dos/as Directores/as da EPC das Mahotas</b>	<b>Resposta dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”</b>
Que acções são desenvolvidas para a retenção e participação dos com DI na escola?	“Diálogo com pais”.	“Diálogo com os pais”; e “Não há estratégias de intervenção precoce porque só se descobrem os alunos com DI no decorrer do processo de ensino-aprendizagem”.

Perguntas	Resposta dos/as Directores/as da EPC Mahotas	Resposta dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”
Se sim, as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com DI são supridas?	“Quando os pais colaboram há avanços”.	“Quando os pais colaboram há avanços”.
Que práticas são desenvolvidas para dotar o professor de habilidades e estratégias educativas adequadas aos alunos com DI?	“Capacitação dos professores pela Organização Não-Governamental Humanity Inclusion (HI)”.	“Capacitação dos professores, mas o nível é baixo. Tendo em conta as necessidades das crianças, as capacitações são superficiais; não pensam no depois”.

### b) Resultados obtidos através da ficha de leitura

Na sistematização deste tópico foram analisados, o Relatório Anual de 2021; o Projecto Político Pedagógico e o Plano Anual de Actividades de 2022, tendo-se constado o seguinte em relação às estratégias de intervenção que respondem aos desafios da inclusão de alunos com DI:

Resultado da análise dos documentos da EPC das Mahotas	Resultado da análise dos documentos da dos/as Directores/as da EPC “Imaculada”
<p>a) Não apresenta estratégias referentes à inclusão de alunos com DI de forma particular; e</p> <p>b) No geral não há estratégias no processo de inclusão de alunos com NEE, no Plano Anual de Actividades e no Projecto Político Pedagógico.</p>	<p>a) Em relação às estratégias de intervenção que respondem aos desafios da inclusão de alunos com DI, a escola não apresenta estratégias referentes a alunos com DI de forma particular;</p> <p>b) Apresenta actividades relacionadas com estratégias de intervenção de forma geral para alunos com dificuldades de aprendizagem. E</p> <p>c) No Plano Anual de Actividades de 2022 a escola tem actividades referentes à inclusão com o título ‘Garantir a inclusão e equidade no acesso, participação e retenção’, onde constam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medidas para inclusão e equidade tais como: atendimento às crianças com NEE; e</li> <li>• Acompanhamento através de grupos supervisionados por uma psicóloga com a produção de materiais; e</li> <li>• Apoio aos carentes e acompanhamento das raparigas.</li> </ul> <p>d) No outro título ‘Assegurar a qualidade da aprendizagem’. Constam actividades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem e apresentá-los ao Sector Pedagógico;</li> <li>• Formar um grupo de explicação no período contrário às aulas;</li> <li>• Reunir com os docentes para as formações com o lema: “Por uma educação inclusiva, competitiva e de qualidade”;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervisionar as planificações quinzenais;</li> <li>• Estimular a promoção de aulas de recuperação para os alunos com maiores dificuldades, Projecto OBRA DE AMOR.</li> </ul>
--	--

Neste tópico foram apresentados todos os resultados obtidos através das técnicas e instrumentos de recolha de dados. Esses resultados serão analisados tendo em conta o parecer dos autores apresentados na revisão da literatura.

## 4.2. Discussão dos resultados

Neste tópico será feita a discussão dos resultados obtidos nos instrumentos de recolha de dados (guião da entrevista semiestruturada, ficha de leitura e observação das salas de aulas) onde foi feita a análise de conteúdos de forma descritiva.

### 4.2.1. Identificação dos desafios dos gestores da ZIP 1 face à inclusão de alunos com Deficiência Intelectual

Os gestores da ZIP 1 enfrentam diversos desafios na inclusão de alunos com DI. Primeiramente, os gestores têm um entendimento limitado sobre a DI ao referir que *“Crianças com DI são crianças que têm algo a mais”*. Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual (AAIDD, 2007 citada por Ke e Liu, 2015), a deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressas em habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Se o gestor tem pouco entendimento do que é DI, também, terá dificuldades de identificar actividades relacionadas com a inclusão de alunos com esse tipo de deficiência.

Os gestores mostram um entendimento superficial sobre inclusão, no sentido da recepção, ao referirem que *“Inclusão é receber a criança com NEE/ Inclusão é estar aberto para receber a diferença e conviver com ela sem discriminar”*. Segundo a UNESCO, na Declaração de Salamanca 1994, o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. O que vai além da recepção do aluno, essa superficialidade pode culminar na elaboração de poucas estratégias e fracas metodologias inclusivas.



O INDE (2020) no Plano Curricular do Ensino Básico (2020) aponta para a fraca gestão das escolas, o absentismo do professor e do aluno, a fraca preparação do professor, as precárias condições de trabalho, o elevado rácio aluno/professor, como uma das condições que levam a fraca evolução das competências previstas nos alunos. Tais desafios também foram apresentados pelos gestores referenciando que as Escolas têm: *“Falta de materiais didácticos por parte do professor e do aluno”*; *“Rácio aluno-professor (70 alunos por turma); Falta de capacitação dos professores ou capacitação superficial”*; *“Falta de parceria com os pais e/ou encarregados de educação o que culmina com o sofrimento da criança; a falta de conhecimento e entendimento sobre DI bem como a forma adequada de trabalhar com os alunos e atender as suas necessidades básicas e o tempo de leccionação”*.

Rocha (2017) diz que no contexto educacional é preciso um diagnóstico dos alunos com DI, para ela é um elemento a ser considerado no trabalho docente, porque pode ajudar o professor no seu planeamento. Esse diagnóstico tem a finalidade de identificar o tipo de atendimento que os alunos devem ter. Os gestores relataram a falta de um *“diagnóstico do nível da DI nos alunos”*.

As Escolas da ZIP 1 não têm um Plano Político Pedagógico inclusivo. Um dos desafios apresentados pelos gestores da ZIP 1 é a *“fraca preparação das estruturas Escolares em todo o processo que envolve a inclusão de crianças com DI”*. Silveira (2009) fala dos desafios imposto à administração escolar para garantir a implementação das políticas de inclusão, e, aponta para a falta do projecto político pedagógico inclusivo e a organização da escola. Nesse contexto o autor fala da necessidade da elaboração de um Plano Político Pedagógico inclusivo para melhorar a preparação das estruturas Escolares no processo de inclusão de crianças com DI.

Segundo Plestsch e Glat (2014) Os alunos com DI precisam de uma ficha de acompanhamentos no processo de ensino e aprendizagem, materializado através do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Na EPC das Mahotas os professores elaboram o Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado e a EPC *“Imaculada”* utiliza um plano colectivo (plano de aula) feito pelos professores na planificação diária.

Em relação aos resultados obtidos através da ficha de leitura, em nenhum dos documentos lidos foram encontrados pontos específicos sobre os desafios dos gestores da ZIP 1 na inclusão de alunos com DI, apesar dos mesmos terem relatado na entrevista semiestruturadas. Na observação do estado das salas foi possível notar que um dos desafios da EPC das Mahotas é a infra-estrutura escolar que precisa de reparos. As salas de aulas são pouco ilustradas, mas apresentam mínimas condições para o ensino-aprendizagem. A EPC “Imaculada” está melhor posicionada nesse requisito, e tem a vantagem de ter uma biblioteca em funcionamento, que é um espaço de interação necessário nas Escolas.

#### 4.2.2. Papel dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual.

Quanto ao papel do gestor na inclusão de alunos com DI, os gestores da ZIP 1, vêm-se no papel de receber as crianças ao dizerem que “*Recebo a criança. Recebi uma Organização não-governamental HI para a capacitação dos professores*”, mas para Silveira (2009) o gestor tem o papel de promover a inclusão, proporcionar a sua equipa flexibilidade, diversidade de acções e formação pedagógica. No requisito formação pedagógica a Escola EPC das Mahotas recebeu uma Organização Não-Governamental, o que para Silveira é um ponto importante na responsabilidade do gestor.

De acordo com Mergen (2013) o gestor deve se envolver na elaboração do projecto político pedagógico e do currículo e monitorar toda a actividade docente, dando suporte e apoio.

Para Veiga (2014) o gestor tem um papel fundamental na mediação dos mecanismos de promoção da educação inclusiva, nos procedimentos diários da sala de aula e na organização da escola, em busca de qualidade e transparência. O mesmo deve promover o planeamento e execução das acções desenvolvidas, na inclusão de todos alunos com NEE. Neste sentido, a autora propõe que o gestor escolar actue em práticas inclusivas envolvendo-se na organização, nas reuniões pedagógicas, desenvolvendo acções relacionadas à acessibilidade universal, identificando e realizando as adequações curriculares, tomando providências administrativas necessárias à implementação do projecto de educação inclusiva.

Os gestores relatam que o processo de inclusão não está a decorrer como o desejado ao referir que “*Não está a decorrer conforme o desejado, está abaixo da média*” e “*Nós estamos*

*dizendo que a escola é inclusiva, mas não tem práticas inclusivas, não tem metodologias inclusivas. Estamos na integração e não inclusão''.* Segundo Silveira (2009) para que as Escolas tenham práticas inclusivas e metodologias inclusivas é necessário que na gestão escolar tenha mudanças significativas na resolução de problemas, informações compartilhadas, cooperação e participação de todos.

Para Veiga (2014) o gestor escolar que se propõe a actuar numa prática inclusiva envolve-se na organização das reuniões pedagógicas, desenvolve acções relacionadas à acessibilidade universal, realiza as adequações curriculares e toma providências administrativas necessárias para a implementação do projecto de educação inclusiva. Tendo em conta todas as práticas que a autora explica, foi observado que as Escolas da ZIP 1, quanto a organização documental das reuniões, planos anuais e PPP, não envolvem actividades relacionadas com a inclusão. O Regulamento Interno da Escola não apresenta directrizes específicas do papel dos gestores em relação à inclusão de alunos com NEE.

Para Pereira (2011) a educação inclusiva é um desafio e compromisso que toda a Escola deve assumir, os gestores escolares devem estar preparados e priorizarem acções inclusivas.

#### 4.2.3. Estratégias de intervenção dos gestores da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual.

Quanto à estratégia de intervenção dos gestores face aos desafios na inclusão de alunos com DI na ZIP 1, eles demonstram pouca capacidade de agir perante as diversas dificuldades que os alunos enfrentam. Não há uma planificação de actividades com relação a cada desafio, e as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos não são supridas. No entanto, há pontos positivos a considerar como a recepção das crianças com NEE, apesar de não haver actividades particulares para a DI; existe a (i) capacitação dos professores, (ii) a cooperação com a Organização Não-Governamental HI, (iii) o projecto OBRA DE AMOR que ajuda crianças com dificuldades de aprendizagem, (iv) conversa com pais e/ou encarregados de educação e apoio dado pelo professor. Todos esses pontos positivos, precisam de ser melhorados. Como diz Carvalho (2006), a inclusão é um processo, não consiste na permanência física do aluno apenas, o aluno não se amolda ou adapta-se na escola, porque a função da escola é colocar-se à disposição dos alunos.

Nos documentos analisados na EPC das Mahotas, mostram que apesar do lema da MINEDH “*por uma educação inclusiva, patriota e de qualidade*” não aparecem, aspectos relacionados com a inclusão, especificamente, na planificação e implementação das suas actividades. Em relação às estratégias de intervenção que respondem aos desafios da inclusão de alunos com DI, a Escola não apresenta estratégias referentes a alunos com DI de forma particular, bem como de alunos com NEE.

Na EPC “Imaculada” existem estratégias de intervenção no geral, as mesmas podem ser implementadas para alunos com DI. As actividades planificadas estão relacionadas com estratégias de intervenção para alunos com dificuldades de aprendizagem, o que acaba incluindo alunos com DI. As estratégias também envolvem alunos carentes, num sentido de apoio, e também actividades para ajudar a rapariga.

## **CAPÍTULO V: CONCLUSÃO E SUGESTÕES**

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões do tema em estudo e sugestões para dar respostas aos desafios dos gestores na inclusão de alunos com DI e não só.

### **5.1. Conclusão**

Durante o estudo foi possível verificar que os gestores escolares da ZIP 1 do Distrito Municipal KaMavota têm desafios na inclusão de alunos com DI. Com um total de 7 alunos com DI associada a vários factores: (i) as escolas não possuem um Projecto Político Pedagógico inclusivo; (ii) tem falta de estratégias de intervenção; (iii) não têm uma compreensão clara do conceito de DI; (iv) não faz diagnóstico do nível de DI desses alunos; (v) fraca participação dos pais/encarregados de educação; (vi) a capacitação dos professores é superficial e logo (vii) as necessidades básicas de aprendizagem desses alunos não são satisfeitas. Todos esses aspectos demonstram a necessidade de um acompanhamento adequado, para que os alunos estejam efectivamente no processo de inclusão e não de integração como o estudo mostra.

Para tal os gestores da ZIP 1 devem ser os principais articuladores do processo de inclusão nas Escolas, sua responsabilidade é criar estratégias de intervenção precoce, através da elaboração de um Plano/Projecto Político Pedagógico inclusivo, formação contínua dos gestores e professores e adoptar uma gestão democrática participativa, para uma transformação colectiva e contínua. Dessa forma os alunos com DI e não só, terão uma passagem produtiva na Escola.

Ao analisar os desafios dos gestores escolares na inclusão de alunos com DI, o estudo teve limitações na observação dos documentos das escolas. Os relatórios não apresentam todos os factores que limitam a inclusão de alunos com NEE; e, alguns deles, não possuem nenhuma informação relacionada com a inclusão de alunos com NEE. Há necessidade de serem melhorados os relatórios e de serem ilustrados os desafios relacionados com a infra-estrutura, planificação de aulas; organização administrativa e desafios discutidos na inclusão de alunos com NEE.

No geral o estudo demonstrou a necessidade de outras abordagens na inclusão de alunos DI, serem levados a cabo com foco na aprendizagem, nas avaliações, no papel dos professores, na

colaboração dos pais e encarregados de educação, através de métodos quantitativos ou mistos, para melhorar e promover a inclusão de crianças com DI.

## **5.2. Sugestões**

Feito o “estudo de caso” na ZIP 1 observaram-se questões relevantes a serem modificadas através das seguintes sugestões:

- a)** Elaboração dos Planos Políticos Pedagógicos considerando a inclusão de alunos com NEE, o mesmo permitirá a materialização das políticas de inclusão, a colocação dos desafios, as possíveis soluções e estratégias de superação.
- b)** Actualização dos Regulamentos Internos das Escolas indicando minuciosamente as responsabilidades dos gestores no processo de inclusão de alunos com NEE;
- c)** Solicitação de apoio dos profissionais da saúde para auxiliarem no diagnóstico do nível de DI nos alunos, propor formas de tratamento, melhorar a aprendizagem e a planificação do plano educativo individual do aluno com DI;
- d)** Busca de apoio para o desenho de estratégias pedagógicas, de adaptação curricular e avaliação da aprendizagem de alunos com NEE, em especial dos que têm DI;
- e)** Busca de apoio para a capacitação dos professores na aplicação de estratégias que satisfaçam as necessidades de aprendizagem dos alunos com DI;
- f)** Monitoria da elaboração do plano educativo individual feito pelos professores e supervisão feita pelos gestores na implementação do mesmo;
- g)** Sensibilização dos pais e/ou encarregados de educação na participação no Processo de Ensino-Aprendizagem dos alunos com NEE, em especial com DI, para que os mesmos não desistam e permanecem na escola;
- h)** Elaboração de documentos electrónicos na plataforma do MINEDH sobre a inclusão e aprendizagem de alunos com NEE na sala de aula, para apoiar os professores; e
- i)** Elaboração de documentos electrónicos na plataforma do MINEDH, para apoiar os gestores na gestão de escolas inclusivas.

Estas sugestões foram apresentadas com o intuito de dar resposta aos desafios observados no estudo, as mesmas contribuem para a promoção da inclusão dos alunos com NEE nas escolas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Association on Mental Retardation [AAMR]. (2006). *Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio*. (10.ª Ed). Porto Alegre: Artmed.
- Aranha, M.S.F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, XI (21).
- Aranha, M.S.F. (2005). *Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. (2.ª Ed). Brasília.
- Carvalho, R. E. (2006). *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. (4.ª Ed). Porto Alegre: Meditação.
- Chambal, L. A. (2011). X Congresso Nacional De Educação: As Políticas De Inclusão Escolar Em Moçambique e a Escolarização dos Alunos com Deficiências Uma Trajectória de Pesquisa. *Mec-Moçambique*, 17.
- Casanova, M. P., Barreto, M. J., Cotrim, N., Ferreira., S & Fati, A. (2018). *Teorias da aprendizagem: Psicopedagogia das Necessidades Especiais*. Universidade de Lisboa. Portugal.
- Constituição da República de Moçambique de 2004. (2004, 16 de Novembro). Maputo.
- Diploma Ministerial n°59/2008, de 18 de Junho de 2008. (2008, 18 Junho). *Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique*. Regulamento da Zona de Influência Pedagógica (ZIP). Ministério da Educação e Cultura.
- Dossá, A. A. C. (2018). *Análise da Inclusão Escolar de Alunos com Síndrome de Down no Ensino Primário: O Caso da Escola Primária Completa de Bagamoyo*. Universidade Eduardo Mondlane, Curso em Organização e Gestão da Educação. Maputo.
- EPC das Mahotas. (2022a). *Organização e Funcionamento*. Janeiro. Maputo.
- EPC das Mahotas. (2022b). *Organização e Funcionamento-Regulamento Interno Da Escola*. 22 De Setembro. Maputo.
- EPC das Mahotas. (2022c). *Regulamento Interno*. 1 De Julho. Maputo.
- EPC “Imaculada”. (2021). *Relatório Anual*. Março. Maputo.
- EPC “Imaculada”. (2022a). *Regulamento Interno*. 1 De Julho. Maputo.
- EPC “Imaculada”. (2022b). *Plano Anual de Actividades*. 31 De Janeiro. Maputo.
- Ferreira, W., & Manhiça, C. (1998) *Projecto “Escolas Inclusivas” em Moçambique*. (Relatório de Consultoria). MINED-UNESCO, Maputo Junho de 1998.

- Gil, A. C. (2012) *Como classificar as pesquisas?* 1Disponível em [www.ngd.ufsc.br/files/2012/04/ric\\_CLASSIFICAPESQUISAGIL.doc](http://www.ngd.ufsc.br/files/2012/04/ric_CLASSIFICAPESQUISAGIL.doc).
- Gugliotti, A. C. S., Oliveira, G. B., Ribeiro, C. M., Almeida, D., & Herculano, L. R. M. (2011). Administração Participativa como Estímulo a Motivação. *Anuário Da Produção de Iniciativa Científica Discente*. Vol. 13, nº 17.
- Ke, X., & Liu, J. (2015). *Deficiência Intelectual*. In Rey JM (Ed). IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health. (edição em Português; Dias Silva F, ed). Genebra: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions.
- Lei nº 4/83 de 23 de Março. (1983, 23 de Março). Lei do Sistema de Educação. Boletim da República.
- Leis nº18/2018 de 28 de Dezembro. (2018, 28 de Dezembro). *Lei sobre o Sistema Nacional de Educação*.
- Leão, I. B. (Org.) (2003). *Educação e Psicologia: Reflexões a partir da teoria sócio histórica*. Campo Grande: Editora da UFMS.
- Machado, M. A. M. (2000). *Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares*. Em Aberto, Brasília.
- Manhica, C. Munembe, J. Anselmo, M., & Jorge, R. (1996). *Programa de Atendimento Psicopedagógico à criança com Necessidades Educativas Especiais*. Educação especial, MINED.
- Marilys, G. R. (2003). As teorias da Administração e suas relações com a realidade escolar hoje. *Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal*. Vol. 6, nº. 1, 2003, pp. 37-40.
- Martins, E.S. (2005). A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. *Olhares e Trilhas*. Uberlândia, Ano VI, n.6, p. 31-36.
- Medeiros, V. H. S. (2018). *TEORIA DA CONTINGÊNCIA: um estudo sobre a evidenciação dos factores contingenciais em empresas do sector de telecomunicações listadas na B3*. (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Uberlândia.
- Mergen, E. V. D. (2013). *A Gestão Escolar Frente ao Processo de Inclusão* (Monografia de Especialização). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Curso de Pós-graduação a Distância, Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional. Brasil.
- Ministério da Educação. (2013). *Documentação do Sistema de Informação Estatística da Educação*. Maputo.



- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. (2020a). *Plano Estratégico da Educação 2020-2029*. Instituto Nacional De Desenvolvimento Da Educação. Maputo.
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. (2020b). *Plano Curricular do Ensino Básico*. Instituto Nacional De Desenvolvimento Da Educação, Maputo.
- Munhoz, E. F. (2016). *Dificuldades na Aprendizagem do deficiente mental*. Curso de Especialização em Educação Na Cultura Digital, Universidade Federal da Santa Catarina.
- Nações Unidas. (1995). *Normas Sobre Igualdade de Oportunidades Para Pessoas com Deficiência*. Lisboa.
- Ngomane, V. J. (2018). *Inclusão de Alunos com Deficiência Visual no Processo de Ensino e Aprendizagem na Escola Secundária Força do Povo*. Universidade Eduardo Mondlane, Curso em Organização e Gestão da Educação. Maputo.
- Nosella, P. (2010), *A escola de Gramsci*. (4ª Ed). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, F. B. (2012). Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. *Revista Diálogos & Saberes*, v. 8, n. 1.
- Oliveira, A., & Gargantini, M. B. M. (2000) *Educação de Alunos Com Necessidades Especiais*. BAURU, São Paulo.
- Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento de Acção Na Área de Necessidades Educativas Especiais de 1994*. Espanha. 7-10 De Junho.
- Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2000). *Educação para Todos: o Compromisso de Dakar*. Senegal. 26-28 de Abril. (2ª. Ed).
- Ostermann, F., & Cavalcanti, C. J. H. (2011). *Teorias de Aprendizagem*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (1ª. Ed).
- Pereira, D. J. H. S. (2011). *O papel do gestor na busca por uma escola inclusiva no município de Novo Gama Goiás*. (Monografia), UnB Universidade de Brasília, Curso de Especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar UAB/UNB, Brasília DF.
- Pletsch, M. D. & Glat, R. (2014). Escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. *Rede de Revista Científica de América Latina, Caribe*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Espanha e Portugal.

- Prodanov, C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa*. (2ª. Ed). Vila Nova: Editora FEE vale.
- Reis, R. L. & Ross, P. R. (2008). *A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular*. Brasil.
- Rocha, S. C. P. (2017). *Análise Docente acerca do Processo Histórico de Inclusão do aluno com Deficiência Intelectual na Rede Pública de Ensino Do Distrito Federal Os últimos Vinte Anos*. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Área de Concentração: Desenvolvimento Humano e Cultura. Brasil.
- Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceito. *Revista Lusófona de Educação*.8, 63-83.
- Santos, D. C. O. (2012). Potenciais dificuldades e facilidades na Educação de alunos com deficiência intelectual. *Educação e pesquisa*, São Paulo. v. 38, n. 4, p. 935-948.
- Serra, A. C., Fraga, M. A., Sousa, M., & Silva, N. (2006). *Integração de crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular*. Sociologia da Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa.
- Silveira, S. A. P. (2009). *A gestão para a inclusão: uma pesquisa-acção colaborativa no meio escolar*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Faculdade De Educação. Programa de Pós-graduação Em Educação. Fortaleza.
- Silvério, M., & Aprigio, A. (2017). O ensino do aluno com deficiência intelectual. *Revista Electrónica Científica Inovação e Tecnologia*, E (5091), 1-13.
- Sitoe, C. J. (2022). *Análise das Acções do Director Escolar em Tempos de Crise: uma análise baseada nas acções do director da Escola Secundária Eduardo Mondlane desde a eclosão da COVID – 19*. Universidade Eduardo Mondlane, Curso em Organização e Gestão da Educação. Maputo.
- Veiga, L. C. L. (2014). *O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*. (Monografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). Curso de Especialização em Gestão Escolar, Julho de 2014.

[www.uem.repositorio.com.mz](http://www.uem.repositorio.com.mz)

## 7. Apêndices

### Planificação da entrevista

Passos necessários	Descrição
Finalidade	A entrevista tem a finalidade de responder a seguinte pergunta de partida: <b>Que Desafios têm os Gestores do Ensino Primário na Inclusão dos Alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1?</b> Que será materializado através das seguintes perguntas de pesquisa: Quais são os desafios que os gestores do Ensino Primário têm na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1? Como é o papel dos gestores do Ensino Primário face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1? Quais são as estratégias de intervenção dos gestores do Ensino Primário da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?
Entrevistados	Os entrevistados serão os Directores das Escolas pertencentes a ZIP 1 e seus respectivos Directores adjuntos pedagógicos.
Meio de comunicação	Oral (gravada, com consentimento); Espaço (uma sala) no edifício escolar.
Tempo da entrevista	De 20 a 30mnts.
Critérios gerais e aspectos formais a ter em conta na realização da entrevista	Ter em conta os ânimos dos entrevistados; Não limitar, dar tempo do entrevistado se manifestar; Ter em conta linguagem corporal; Ser gentil e respeitosa; Levar os entrevistados a responderem as perguntas e esclarecer todas as dúvidas que possam surgir.

### Guião da Entrevista

Dados pessoais dos entrevistados:

Nome: \_\_\_\_\_

Nível académico: \_\_\_\_\_. Experiencia profissional: \_\_\_\_\_

### **Em relação aos desafios dos gestores do Ensino Primário na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1.**

- (i) Qual é o entendimento do(a) Director(a) sobre a DI?
- (ii) Qual é o entendimento do(a) Director(a) sobre a inclusão?
- (iii) Que barreiras encontram na inclusão de alunos com DI?
- (iv) A escola tem um plano de desenvolvimento/projecto político pedagógico?
- (v) Que actividades são desenvolvidas para a inclusão dos alunos com DI?
- (vi) Os professores elaboram um plano educativo individual?
- (vii) Se sim, o(a) Director(a) tem monitorado a elaboração do plano?

**Em relação ao papel dos gestores do Ensino Primário face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1.**

- (viii) Qual é o papel do(a) Director(a) no processo de inclusão dos alunos?
- (ix) Que actividades são feitas para ultrapassar as barreiras na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?
- (x) Como gestor escolar o que faz para garantir a inclusão dos alunos com DI?
- (xi) Como está a decorrer a inclusão de alunos com DI?
- (xii) De que forma os professores são monitorados para verificar se as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com DI são supridas?
- (xiii) Como é feita a avaliação da aprendizagem dos alunos com DI?

**Em relação as estratégias de intervenção dos gestores do Ensino Primário da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual**

- (xiv) Que acções são desenvolvidas para a retenção e participação dos alunos com DI na escola?
- (xv) Nessas acções desenvolvidas, as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com DI são supridas?
- (xvi) Que práticas são desenvolvidas para dotar o professor de habilidades e estratégias educativas adequadas aos alunos com DI?
- (xvii) Qual é o apoio que o(a) Director(a) dá aos professores com alunos portadores de Deficiência Intelectual?
- (xviii) Tendo em conta a materialização das políticas de inclusão, para o(a) Director(a) a escola é inclusiva?

**Planificação da Ficha de leitura**

<b>Passos necessários</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	A ficha de leitura tem a finalidade de responder a seguinte pergunta de partida: <b>Que Desafios têm os Gestores do Ensino Primário na Inclusão dos Alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1?</b> Que será materializado através das seguintes perguntas de pesquisa: Quais são os desafios que os gestores do Ensino Primário têm na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1? Como é o papel dos gestores do Ensino Primário face aos desafios na inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual na ZIP 1? Quais são as estratégias de intervenção dos gestores do Ensino Primário da ZIP 1 face aos desafios na inclusão de alunos com Deficiência Intelectual?
Documentos	Os documentos a serem utilizados são: O regulamento interno da escola, relatórios, actas de reunião e Plano de Desenvolvimento da Escola

Meio de comunicação	Escrita.
Critérios gerais e aspectos formais a ter em conta na recolha dos documentos	Requisitar os documentos nos gestores das escolas; Conservar os documentos; Devolver os documentos.

### Guião de observação

**Introdução:** Guião de observação tem como finalidade observar os aspectos físicos das escolas (sala de aulas) para comprovar se fazem parte ou não dos desafios dos gestores escolares na inclusão dos alunos com DI.

Nome da Escola	Estado das salas de aulas a se observação.
Escola Primária Completa das Mahotas e Escola Primária Completa Imaculada.	Ilustração da sala; Espaço de interacção aluno-professor; Estado da sala e mobiliário; Pintura; Limpeza e higiene da sala; Materiais didácticos; Arejamento e acessibilidade.